

## Legislativo Federal

### Terrenos de Marinha



CCJ debate transferência de terrenos de marinha - 27/5/2024

A **Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)** do Senado Federal realizou audiência pública na segunda-feira, 27/5, para debater a Proposta de Emenda à Constituição (**PEC 3/2022**), de autoria do ex-deputado Arnaldo Jordy (Cidadania/PA), que **transfere áreas litorâneas da União a governos locais e a iniciativa privada**.

Já aprovada pela Câmara dos Deputados em fevereiro de 2022, a proposta prevê que União não terá mais propriedade exclusiva sobre terrenos de Marinha, cedendo áreas a municípios e estados, transferindo aos seus atuais ocupantes por meio de venda.

A audiência pública, que foi **requerida** pelo do senador **Rogério Carvalho (PT/SE)**, e a matéria, que está sob a relatoria do senador **Flávio Bolsonaro (PL/RJ)**, divide opiniões.

Para o relator, a PEC pode facilitar o registro fundiário e gerar empregos. Já para o senador Esperidião Amin (PP/SC), a PEC poderia privatizar as praias e permitir seu cercamento.

Demais participantes a favor da PEC defenderam a capacidade de os municípios administrarem os terrenos de Marinha, onde existem poucos registros oficiais dos ocupantes dessas áreas. Eles afirmam ainda que áreas de preservação permanentes seguirão com essa classificação, mesmo se a PEC for aprovada.

Aqueles contrários a PEC, afirmam ser um risco de ônus para toda a sociedade e de perdas na qualidade de vida, sendo que a área de segurança nos terrenos de marinha em outros países costuma ser maior que a adotada no Brasil (33 metros). Eles alegam que caso a PEC fosse aprovada hoje, haveria “um caos administrativo”, pois estima-se que existam cerca de 3 milhões de imóveis não registrados ocupando essa faixa, e ainda, poderia agravar a questão fundiária relacionada a povos tradicionais.

A proposta já tem **parecer** do relator pela aprovação da matéria na forma do **texto** aprovado na Câmara dos Deputados.

## SUMÁRIO

*Terrenos de Marinha p. 1*

*GTs da Regulamentação da Reforma*

*Tributária p. 2*



Bolsonaro, relator da matéria



Carvalho, autor do requerimento da audiência pública

## GTs da Regulamentação da Reforma Tributária



BERNARD APPY | Secretário Extraordinário da Reforma Tributária  
Regulamentação da Reforma Tributária (PLP 68/24)

28/05/24 GT - Regulamentação da Reforma Tributária PLP 68 de 2024

Appy, no GT Regulamentação da Reforma Tributária - 28/5/2024

### GT da Lei Geral do IBS, CBS e IS

Na manhã de terça-feira, 28/5, o Grupo de Trabalho (GT), que analisa o projeto de lei complementar [\(PLP\) 68/2024](#), realizou o segundo encontro para iniciar as discussões sobre a **regulamentação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e do Imposto Seletivo (IS)**.

Durante o debate, o secretário extraordinário da reforma tributária, **Bernard Appy**, voltou a defender os principais pontos da proposta, como o split payment, um modelo de cobrança que separa o pagamento do imposto no ato da transação. Ele ainda reforçou que o impacto da mudança tributária na economia será sentido no médio prazo, entre 10 e 13 anos, e vai ajudar a reduzir a pressão por aumento de carga tributária.

O deputado Augusto Coutinho (Republicanos/PE), que presidiu essa primeira audiência do GT, informou que pretende entregar o relatório até o final de julho. Na ocasião, foi apresentado o cronograma de oitivas do GT com mais seis audiências:

- 3 de junho, às 14h30: sobre normais gerais do IBS e CBS sobre operações;
- 4 de junho, às 9 horas: sobre o modelo operacional do IBS/CBS;
- 4 de junho, às 14h30: a respeito de IBS e CBS sobre exportações e importações, regimes aduaneiros especiais, regimes de bens de capital e zonas de processamento de exportações;
- 5 de junho, às 9 horas: sobre cashback, cesta básica e demais alimentos;
- 5 de junho, às 14h30: sobre regimes diferenciados, profissões regulamentadas, serviços de educação e saúde, entre outros;
- 6 de junho, às 9 horas: sobre regimes específicos e continuação de regimes diferenciados.

### GT Comitê Gestor

Na tarde deste mesmo dia, presidida pelo deputado **Claudio Cajado (PP/BA)**, foi instalado o GT que vai analisar o projeto de lei complementar e que trata do **comitê gestor e da distribuição das receitas dos novos tributos criados pela reforma tributária**. Houve a apresentação de seus membros.

O deputado Mauro Benevides Filho (PDT/CE) destacou que o Grupo de Trabalho vai se debruçar sobre a legislação que disciplina o funcionamento do comitê gestor. "Caberá ao comitê gestor fazer a distribuição das receitas dos tributos e as compensações. Vai ser o grande maestro do sistema tributário."

Na próxima terça-feira, 4/6, o grupo marcou audiência pública para ouvir as três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Outras audiências públicas vão ouvir representantes do setor privado.

A proposta seria encaminhada pelo governo à Câmara nesta quarta-feira, 29/5.



DEP. CLAUDIO CAJADO | PP-BA

Regulamentação da Reforma Tributária (PLP 68/24)

28/05/24 GT - Regulamentação da Reforma Tributária PLP 68 de 2024

Cajado, no GT do Comitê Gestor - 28/5/2024